

Carta da Bahia

Salvador, 05 de dezembro de 2025

À Sociedade Brasileira: o Planejamento Estatístico e Geocientífico na Era Digital com a Implantação do SINGED

A sociedade brasileira atravessa uma transformação profunda: a passagem para a Era Digital, na qual informações estatísticas e geocientíficas se tornaram parte essencial da infraestrutura estratégica do país. Assim como energia, transporte ou telecomunicações, os dados — produzidos com rigor científico, segurança, ética e transparência — sustentam políticas públicas, desenvolvimento econômico, proteção territorial, gestão ambiental e defesa da soberania nacional.

É nesse contexto que se realizou, de 3 a 5 de dezembro de 2025, em Salvador, no campus Sesi, Senai-Cimatec e na Escola Sesi, a Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados, organizada pelo IBGE. Este evento foi um marco para a apresentação e discussão visando à construção do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG) 2026–2030. Este plano, o primeiro desde 1974, fortalece o novo ciclo de planejamento de Estado e recoloca o Brasil na rota dos países que tratam a informação oficial como um bem público estratégico.

O elemento central desse esforço é o avanço na implementação do SINGED – Sistema Nacional de Informações Geoestatísticas para o Desenvolvimento, que orientará o país nesta segunda metade da década de 2020. O SINGED não é apenas um conjunto de tecnologias: é um modelo inteligente de integração de dados, capaz de articular estatísticas oficiais, informações geoespaciais, sistemas administrativos, pesquisas contínuas, registros vitais e bases ambientais, territoriais e econômicas.

Sua missão é garantir que, até 2030, o Brasil possua uma infraestrutura pública de dados moderna, interoperável, segura, ética e soberana, capaz de apoiar:

- a formulação de políticas de longo prazo;
- o enfrentamento das desigualdades regionais;
- o monitoramento das emergências climáticas;
- a inovação científica e tecnológica;
- o fortalecimento da democracia e da participação social;
- a proteção da privacidade e do interesse público no uso de dados.

O SINGED representa, portanto, um compromisso de Estado: assegurar que, na Era Digital, os dados do Brasil continuem a servir ao Brasil — e não a interesses fragmentados, privados ou externos.

A Soberania Informacional na Era da Inteligência Artificial: o Papel dos Dados Oficiais e a Retomada do PGIEG

A realização da Conferência marca um ponto de inflexão na história estatística e geocientífica do Brasil.

Portanto, ao retomar a discussão sobre o PGIEG — instrumento de planejamento negligenciado desde 1974 — o IBGE não está apenas cumprindo um rito institucional, mas respondendo a uma urgência contemporânea: a necessidade de dados oficiais como lastro de informações reais em uma era dominada pela Inteligência Artificial Generativa (IA Gen).

A humanidade vive um momento em que a capacidade de processamento de informações é onipresente, mas a veracidade das fontes é volátil. As IAs generativas, embora revolucionárias, operam baseadas em padrões probabilísticos extraídos de vastos repositórios de dados não estruturados. Sem a curadoria e o rigor necessários, essas tecnologias são suscetíveis à “alucinação algorítmica” e à perpetuação de vieses e até fake news.

Nesse cenário de intensas mudanças, o dado oficial produzido pelos institutos de estatística no mundo — e, no Brasil, pelo IBGE — deixa de ser apenas um insumo para políticas públicas e passa a atender a uma necessidade ainda mais estratégica para o país. Afinal, esse dado oficial é a base pública de referência fidedigna, auditável e metodologicamente rigorosa, necessária para treinar, calibrar e validar modelos preditivos e generativos para os setores público e privado no Brasil.

A produção de estatísticas públicas e mapeamentos oficiais oferece, portanto, o que a big data internacional, por si só, não consegue garantir: representatividade amostral, consistência temporal, rigor taxonômico e, fundamentalmente, imparcialidade técnica sobre a realidade brasileira.

Na era da desinformação automatizada, a credibilidade do IBGE e dos institutos de estatística representa, portanto, um farol de cidadania e soberania nacional. Contudo, para que esses dados sejam efetivamente utilizáveis por sistemas inteligentes e pela sociedade, é imperativo estruturar a governança da informação. É aqui que o PGIEG se torna estratégico. Este plano não visa apenas listar o que será produzido, mas estabelecer padrões de interoperabilidade, metadados semânticos e protocolos de segurança que integrem os produtores de dados ao nível federal, estadual e municipal.

O PGIEG é a arquitetura necessária para transformar dados dispersos em um ecossistema nacional de inteligência. Sem ele, o Brasil corre o risco de fragmentação informacional, onde a realidade brasileira é interpretada por algoritmos opacos de corporações estrangeiras — e não por nossas próprias métricas soberanas.

Portanto, a Carta da Bahia apresenta estas propostas em 2025, mas com um olhar para os próximos anos, reafirmando que a missão do IBGE de “retratar o Brasil” evoluiu. Hoje, retratar o Brasil significa garantir que sua realidade complexa, social e territorial seja digitalmente legível, preservada e acessível, assegurando que o futuro da inteligência artificial no país seja construído sobre os pilares sólidos da estatística e da geociência oficial.

Diante desse cenário, convidamos a sociedade brasileira a acompanhar, participar e contribuir para este processo histórico. É fundamental que pesquisadores, instituições públicas, empresas inovadoras, governos locais, movimentos sociais e cidadãos entendam que a governança dos dados oficiais será uma das principais bases do desenvolvimento nacional nesta década.

E que os institutos de estatística e os órgãos oficiais de dados estão sob ataque de empresas internacionais que compõem um monopólio, não pagam pela produção da informação, mas cobram pelo uso e controle das informações, impondo regras que seguem sua própria “constituição”.

O futuro do país depende da capacidade de produzir e compreender sua própria realidade. E essa capacidade se constrói com planejamento, ciência, transparência e soberania. O SINGED é o instrumento para transformar esse futuro em política pública permanente.

O IBGE conclama usuários e produtores de dados a assinar a Carta da Bahia — e, de forma coletiva, defender os institutos e órgãos de produção de informação oficial, no Brasil e no mundo.

Serviço:

Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados (CONFEST/CONFEGE)

Tema: Uma proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG) para o Desenvolvimento do Brasil na Era Digital, no período entre 2026 e 2030.

Organizada pelo IBGE, com apoio do Governo do Estado da Bahia, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), do Senai Cimatec, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da União dos Municípios da Bahia (UPB), a Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados (CONFEST/CONFEGE) tem patrocínio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB).